



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**TINNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA**

**RIO+20: ANÁLISE DO PROTAGONISMO DOS ATORES SOCIAIS NA  
COBERTURA DA MÍDIA**

Brasília  
2014

**TINNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA**

**RIO+20: ANÁLISE DO PROTAGONISMO DOS ATORES SOCIAIS NA  
COBERTURA DA MÍDIA**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)  
como pré-requisito para obtenção de  
Certificado de Conclusão de Curso de  
Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão da  
Comunicação nas Organizações

Orientadora: Profa. Carolina Lopes Araújo

Brasília  
2014

**TINNA EVANGELISTA DE OLIVEIRA**

**RIO+20: ANÁLISE DO PROTAGONISMO DOS ATORES SOCIAIS NA  
COBERTURA DA MÍDIA**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)  
como pré-requisito para a obtenção de  
Certificado de Conclusão de Curso de  
Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão da  
Comunicação nas Organizações

Orientadora: Profa. Carolina Lopes Araújo

Brasília, 20 de junho de 2014.

**Banca Examinadora**

\_\_\_\_\_ Gilson Ciarallo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Luiz Cláudio Ferreira \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus a sabedoria e o discernimento para lutar pelas melhores escolhas todos os dias, tanto pessoalmente, quanto profissionalmente.

Os profissionais que produzem informações que atingem multidões, quase que instantaneamente, têm a responsabilidade de contribuir com a transformação necessária, e não para a manutenção de um modelo que se reinventa para que tudo fique da mesma forma.

Afinal, é a defesa da vida que está em jogo.

Ilza Marinho Tourinho Girardi

## RESUMO

Neste estudo, objetiva-se analisar qual foi o grau de protagonismo dado aos atores sociais, que também podem ser chamados de fontes ou personagens, nas matérias jornalísticas da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20. Esse foi o maior encontro intergovernamental realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) até o momento e o palco foi a cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O estudo tomou por base a teoria Análise de Discurso Crítica (RESENDE; RAMALHO, 2006; RAMALHO; RESENDE, 2011), por meio da qual buscou-se identificar o papel dos atores nas notícias analisadas. Para este fim, recorreremos à proposta teórico-metodológica de Van Leeuwen (1997), que tem como meta verificar os diversos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados discursivamente. Foram analisadas 28 notícias dos jornais O Estado de São Paulo e O Globo, no período de 22 a 24 de junho de 2012. Verificou-se que a sociedade civil obteve destaque na Rio+20, assim como nas notícias. Do mesmo modo, o Estado brasileiro ganhou espaço por sua atuação. Durante a Rio+20, a mídia teve como papel alimentar o debate, aprofundar as informações e dar visibilidade às discussões que estiveram em curso para os mais diversos públicos e para a sociedade como um todo.

**Palavras-chave:** Rio+20. Representações sociais. Mídia

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze what was the degree of prominence given to social actors - also called sources or characters – in newspaper articles on the United Nations Conference on Sustainable Development, known as Rio +20. This was the largest intergovernmental meeting held by the United Nations (UN) to date and the stage was the city of Rio de Janeiro, Brazil. The study was based on the Critical Discourse Analysis theory (RESENDE; RAMALHO, 2006; RAMALHO; RESENDE, 2011), whereby we sought to identify the role of actors in the articles analyzed. For this purpose, we used the theoretical and methodological proposal of Van Leeuwen (1997) that aims to check several ways by which social actors can be represented discursively. We analyzed 28 subjects of the newspaper O Estado de São Paulo and O Globo, from 22 to 24 June 2012. It was found that the civil society was highlighted at Rio +20 and in the newspaper articles. Similarly, the Brazilian state gained ground for its performance. During the Rio +20, the media had the role of feeding the debate, deepening information, and giving visibility to the ongoing discussions for various publics and for the society as a whole.

**Key words:** Rio+20. Social representation. Media

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 CONTEXTO HISTÓRICO DA RIO+20</b> .....	12
1.1 CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO.....	1414
1.2 RIO-92 .....	15
1.3 CÚPULA DE JOHANESBURGO .....	16
<b>2 POR DENTRO DA RIO+20</b> .....	18
2.1 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL .....	19
<b>3 METODOLOGIA: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA</b> .....	222
3.1 REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS .....	24
3.2 MODOS DE REPRESENTAÇÃO .....	25
<b>4 ESTUDO DE CASO</b> .....	27
4.1 ANÁLISE DOS DADOS .....	29
<b>CONCLUSÃO</b> .....	35

## INTRODUÇÃO

O maior encontro intergovernamental realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) até o momento foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida popularmente como Rio+20, ocorrida em junho de 2012, no Rio de Janeiro, Brasil. Este evento permitiu a participação de líderes mundiais, do governo, do setor privado, da sociedade civil, assim como de funcionários da ONU, de acadêmicos, de jornalistas e do público em geral para debater os caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Segundo a resolução da Assembleia Geral da ONU que convocou a Conferência em dezembro de 2009, a Rio+20 tinha como objetivo "garantir um compromisso renovado em nome do desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso obtido até o presente e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das maiores cúpulas de desenvolvimento sustentável, abordando desafios novos e emergentes" (MMA, 2010).

O foco da Conferência incluiria os seguintes temas a serem discutidos e aperfeiçoados: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável.

Esperava-se que o encontro pudesse reavaliar as últimas duas décadas de debate sobre o meio ambiente e desenvolvimento, propondo um quadro de ação para os próximos anos. O evento seria, assim, uma oportunidade de repensar o conceito de desenvolvimento à luz de variáveis ambientais, econômicas e sociais (ANDRADE, 2012, p.13).

Da Conferência resultou o documento chamado "O Futuro que Queremos". O documento foi oficialmente adotado por 188 países e possui 52 páginas, em sua versão original na língua inglesa, contendo aspectos que ressaltam o esforço conjunto para o combate à pobreza e à fome, a proteção das florestas, dos oceanos e da biodiversidade, assim como o incentivo à agricultura e à energia sustentável.

Segundo a ONU (2012), delegações de 188 Estados-Membros e mais de 100 Chefes de Estado e de Governo estiveram reunidos no período de 13 a 22 de junho.

Além do evento oficial, aconteceram eventos paralelos organizados pela sociedade civil. A Cúpula dos Povos, por exemplo, foi o maior evento da sociedade civil global paralelo à Rio+20, com a participação de aproximadamente 40 mil participantes, por dia.

A Conferência Rio+20 ganhou destaque em toda imprensa. Mais de quatro mil representantes da mídia cobriram o evento. Diversas vozes transmitiram o que se debateu durante esse evento importante, que se constituiu num marco dos debates ambientais. O tema ambiental veio à tona e nos faz pensar sobre a relevância de se comunicar um assunto primordial.

“Tudo que se relaciona com meio ambiente precisa permear qualquer discussão na área econômica, na área política, na área social, na área ambiental – todas as áreas” (NOVAES apud TRIGUEIRO, 2005, p. 15). No entanto, o autor destaca que na comunicação nem sempre é assim, pois geralmente meio ambiente é tratado de forma episódica, quando assume o formato de catástrofe, acidentes de grandes proporções, dramas, grandes emoções.

Novaes (apud TRIGUEIRO, 2005) diz que é pouco frequente que se discuta as relações desses problemas em toda sua abrangência. A Conferência Rio+20 culmina as discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável oportunizando debates com viés ambiental, mas com grande impacto político e social no nível mundial.

Diante do contexto exposto, o presente estudo se debruça sobre a cobertura jornalística desse grande evento, por meio das notícias de dois jornais de circulação nacional: O Estado de São Paulo e O Globo. Esses veículos foram escolhidos por terem repercussão nacional e por terem feito uma cobertura ampla do evento.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar qual foi o grau de protagonismo dado aos atores sociais presentes nas notícias sobre os resultados da Rio+20, ou seja, avaliará o papel que esses personagens assumem nas notícias. O trabalho também se propõe a analisar quais atores tiveram mais proeminência e o que isso reflete na construção das notícias dos respectivos veículos de comunicação.

Para alcançar esses objetivos, foram analisadas as notícias dos dois jornais durante três dias: de 22 a 24 de junho de 2012. Esse período compreende o último

dia do evento oficial e dois dias subsequentes de repercussão. Cabe reforçar que foram estudadas apenas as reportagens jornalísticas relacionadas aos desdobramentos do evento.

O estudo tomou por base a teoria Análise de Discurso Crítica (RESENDE; RAMALHO, 2006; RAMALHO; RESENDE, 2011), por meio da qual se buscou identificar o papel dos atores nas notícias analisadas. Para este fim, recorreremos à proposta teórico-metodológica de Van Leeuwen (1997), que tem como objetivo verificar quais são os diversos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados discursivamente.

Analisar o conteúdo jornalístico de um evento de tamanha relevância mundial é desafiador. A Conferência das Nações Unidas pelo Desenvolvimento Sustentável foi alvo de muitas críticas. Existiam elevadas expectativas em relação ao evento que traria possíveis novos caminhos rumo ao verdadeiro desenvolvimento sustentável. Neste contexto, esta análise se faz necessária para verificar como a mídia dá espaço a eventos políticos de tamanha relevância como a Rio+20, por meio da abertura de espaço midiático e dando voz aos envolvidos.

Cabe ressaltar que a mídia possui relevância ao redigir notícias que chegam aos diversos cidadãos espalhados pelo país diariamente. Quem não pode participar diretamente do evento, pode acompanhá-lo por meio da imprensa. O público em geral recebe as informações relativas à Conferência pela ótica e pelo crivo de jornalistas. O impacto da produção e da edição dessas notícias na sociedade é enorme, cujo conteúdo é produzido pelos jornalistas e fechado pelos editores dos jornais, seguindo a linha editorial do respectivo veículo de comunicação.

Erbolato (2004, p. 51) reforça esse pensamento ao citar William L. Rivers e Wilbur Schramm (1970) afirmando que “é particularmente evidente que o que sabemos sobre numerosos assuntos de interesse público depende enormemente do que nos dizem os veículos de comunicação”. Eles destacam que somos influenciados pelo jornalismo e incapazes de evitar esse fenômeno.

Durante a Rio+20, a mídia teve como papel alimentar o debate, qualificar, aprofundar as informações e dar visibilidade às discussões que estiveram em curso para os mais diversos públicos e para a sociedade como um todo. Diante do

exposto, faz-se necessário verificar a que tipo de atores os jornais recorrem para validar suas posições.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o contexto histórico da Conferência Rio+20, que nos leva a compreender quais eram as expectativas em torno do evento e perceber quais foram os possíveis avanços e frustrações. Abordamos as três principais conferências que antecederam o evento de 2012.

O segundo capítulo faz uma análise mais aprofundada sobre a Conferência Rio+20, apontando as diversas visões sobre o evento. Também discorre sobre a importância da participação da sociedade civil nesse processo.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia usada para análise das notícias. Abordaremos a Análise de Discurso Crítica, por meio da categoria analítica de representação de atores sociais. No jornalismo, uma categoria de atores sociais de especial relevância são as fontes ou os personagens das matérias jornalísticas.

No quarto e último capítulo, apresenta-se como estudo de caso a análise de 28 notícias dos jornais O Globo e Estadão quanto à presença e relevância dos atores sociais, mesclando com conceitos de jornalismo sobre técnicas de reportagens. Por fim, apresenta-se a conclusão do estudo relativo à investigação da cobertura midiática da Rio+20.

## 1 CONTEXTO HISTÓRICO DA RIO+20

Antes de iniciar a análise sobre a cobertura jornalística da Rio+20, faz-se necessário compreender o contexto histórico do evento. Consolidar desenvolvimento sustentável na agenda internacional, com vinculação à economia verde e ao combate à pobreza, foi objetivo central da Conferência, segundo Andrade (2012, p.8). A Rio+20 procurou criar maneiras de integrar o conceito de desenvolvimento sustentável no cotidiano de governos e de organizações internacionais. Ainda que não se tenha conseguido definir metas para essa integração, logrou-se delegar à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) responsabilidade por incluir o desenvolvimento sustentável na agenda mundial.

No entanto, o autor considera que a crise econômica contemporânea apresentou-se como obstáculo importante para celebração de novos compromissos. Isso porque a crise econômica, além de reduzir a importância relativa da temática socioambiental, afetou com maior rigor os principais financiadores de programas internacionais, ou seja, os países desenvolvidos.

Mas, mesmo em um cenário de crise financeira e de ênfase no desenvolvimento, a CNUDS foi concebida como um instrumento de aproximação entre a preservação ambiental e o desenvolvimento social e econômico. O fio condutor desta aproximação foi a adoção de um conceito alargado de desenvolvimento sustentável (ANDRADE, 2012).

Trazendo essa temática para a visão brasileira, podemos perceber que o tema meio ambiente é relevante ao país, tanto que encontramos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil afirmações que apontam diversas vezes para a importância da proteção ao meio ambiente. O artigo 225 diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

O Brasil tem demonstrado protagonismo em muitas questões ambientais, mas também ainda enfrenta diversos desafios. Para Lago (2006, p.19), o forte engajamento brasileiro na grande maioria dos temas ambientais explica-se,

seguramente, pela coexistência, no país, de interesses – muitas vezes contraditórios – que são direta ou indiretamente afetados pela agenda internacional de meio ambiente, tendo em vista não só o tamanho de sua economia, de sua população, das suas dimensões continentais, das suas riquezas naturais, mas também das desigualdades regionais e das injustiças sociais.

Segundo Lima (2011), do início da década de 1970 até os dias atuais, observou-se um processo crescente e contínuo de institucionalização de políticas e de práticas de gestão ambiental no país. Para o autor:

[...] É inegável que se experimentaram avanços, mas a análise demonstra que esse processo de institucionalização ocorreu de modo contraditório e permeado por um conjunto de obstáculos que não o tornou capaz de superar a crescente degradação ambiental e os conflitos políticos e econômicos decorrentes da expansão capitalista no país. Ou seja, os avanços conquistados não consolidaram uma sustentabilidade democrática que garantisse qualidade de vida digna à maioria da população e direito de participar das decisões políticas que governam a gestão do patrimônio ambiental público, preconizado pela Constituição de 1988 (LIMA, 2011, p. 123).

Para compreender a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) também é preciso contextualizar quais foram as outras grandes conferências que geraram heranças e expectativas à Rio+20.

De acordo com Vieira (2012, p.51), foi entre o período de 1960 e 1980 que cientistas, movimentos sociais, ambientalistas e alguns poucos políticos e funcionários públicos denunciaram os problemas ecológicos e sociais das economias herdeiras da Revolução Industrial. Em resposta à crescente preocupação pública com os efeitos negativos do modelo industrial, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou um ciclo de conferências, consultas e estudos para alinhar as nações em torno de princípios e compromissos por um desenvolvimento mais inclusivo e harmônico com a natureza.

Nesse sentido, três grandes conferências antecederam a Rio+20: Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, Suécia, em 1972; Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em junho de 1992, no Rio de Janeiro, e a Conferência Rio+10, ocorrida em 2002, em Johannesburgo, África do Sul.

Sobre a participação do Brasil nas três conferências, Lago (2006, p. 20) destaca que o país procurou enfatizar questões que considerava cruciais para o seu

desenvolvimento. As negociações na área de meio ambiente passaram a ter consequências sobre as negociações de comércio e financiamento.

Essas conferências levaram a uma reflexão sobre os caminhos que a humanidade tem traçado e suscitaram questões sobre quais as alternativas possíveis para equilibrar a produção e o consumo em relação aos limites planetários. Foram traçados, nesses eventos, protocolos, convenções, declarações e legislações que pudessem reverter o quadro de degradação ambiental e garantir um desenvolvimento que preserve os recursos naturais.

### 1.1 CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, Suécia, em 1972, foi a primeira a associar de forma consistente questões ambientais ao desenvolvimento sustentável na agenda internacional (VIEIRA, 2012, p. 51). O encontro serviu para questionar a ótica economicista e perdulária do conceito de desenvolvimento vigente no período pós-guerra.

O evento tornou global a temática ambiental, que até então era tratada no âmbito local e, às vezes, no nacional. Além disso, a Conferência proporcionou a aprovação da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente em 5 de junho e inspirou países a instituírem legislações nacionais de proteção ambiental (RADAR, 2011, p.10).

Nesse contexto, que envolveu a tentativa de aproximar as agendas de meio ambiente e desenvolvimento, foi publicado, em 1987, o Relatório de Brundtland. Nele ficou consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável: é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p. 9).

Também é originário do relatório os três pilares do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental. As recomendações do documento foram reunidas com o título de “Nosso Futuro Comum”, documento que levou à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

## 1.2 RIO-92

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em junho de 1992, no Rio de Janeiro, possibilitou a aprovação de um conjunto de tratados e declarações sob a chancela da ONU. Esses acordos pautaram as negociações sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente nas duas décadas seguintes (RADAR, 2011).

Também chamada de Cúpula da Terra, Rio-92 e ECO-92, a Conferência lançou as bases para uma nova concepção de desenvolvimento. Mas, para Guimarães e Fontoura (2012), os vinte anos da Rio 92 serviram apenas de início à transição rumo ao desenvolvimento sustentável.

É verdade que a região [Brasil e demais países da América Latina] assumiu com entusiasmo os compromissos da Cúpula da Terra e tentou adaptar-se à maioria das decisões e programas, mas as realizações concretas são ainda insuficientes. Há muito que ser feito para confrontar os múltiplos desafios do futuro, muitos dos quais, há que reconhecer, apenas se insinuavam quando os governos reuniram-se no Rio em 1992 (2012, p. 510).

Segundo Vieira (2012, p.53), alguns documentos importantes resultaram das negociações e acordos da Rio-92, os quais estão sintetizados no quadro 1:

### **Quadro 1: Documentos derivados da Eco-92**

*Fonte: Vieira (2012, p.53).*

**Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** – Possui 27 princípios para guiar os países nas suas políticas de desenvolvimento sustentável. O artigo 15, por exemplo, advoga o uso do princípio da precaução.

**Declaração de Princípios sobre Florestas** – Primeiro acordo global a respeito do manejo, da conservação e do desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

**Agenda 21** – Programa de transição para o desenvolvimento sustentável inspirado no Relatório Brundtland. Com 40 capítulos, tem sua execução monitorada pela Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) e serviu de base para a elaboração das Agendas 21 nacionais e locais.

**Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC)** – Disponível para assinaturas na Eco-92, vigora desde março de 1994, reconhecendo que o sistema climático é um recurso compartilhado, cuja estabilidade pode ser afetada por atividades humanas – industriais, agrícolas e o desmatamento – que liberam dióxido de carbono e outros gases que aquecem o planeta Terra, os gases de efeito estufa.

**Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB)** – Aberta para assinatura na Rio-92. Começou a valer em dezembro de 1993. Desde então, já foram aprovados dois protocolos à CDB – o de Cartagena, sobre Biossegurança, vigorando desde setembro de 2003; e o de Nagoya, adotado em outubro de 2010. O Protocolo de Nagoya institui princípios para o regime global de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios de sua utilização, um dos três objetivos centrais da CDB. Os outros dois são a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

**Convenção sobre Combate à Desertificação** – Adotada em junho de 1994, fruto de uma solicitação da Rio-92 à Assembleia Geral da ONU, entrou em vigor em dezembro de 1996 e lida com desafios de superação da pobreza nas regiões áridas e semiáridas e medidas de controle da desertificação.

A Rio 92 foi considerada o ponto mais alto da gestão integrada dos recursos ambientais comuns, não apenas porque gerou esses cinco instrumentos normativos relevantes, mas “porque foi rodeada por um clima de otimismo em relação à evolução da governança global” (VIOLA; FRANCHINI, 2012, p. 476). Para o autores, o valor da Rio 92 é alto, ainda que os instrumentos por ela criados não tenham refletido de forma suficiente o consenso científico da época e tivessem poucos efeitos práticos nos anos sucessivos.

### 1.3 CÚPULA DE JOHANESBURGO

A Conferência Rio+10, ocorrida em 2002, aconteceu em Johannesburgo, África do Sul e teve como principal produto o Plano de Implementação de Johannesburgo (Johannesburg Plan of Implementation – JPOI). Esse documento teve o objetivo de fornecer mais orientações para a operacionalização do desenvolvimento sustentável por meio do avanço de três áreas prioritárias: erradicação da pobreza, alteração dos padrões de consumo e produção e proteção de recursos naturais básicos (RIOPLUSTWENTIES, 2011, p. 13).

Alguns autores interpretam que a Rio+10 não trouxe tantos avanços significativos. Guimarães e Fontoura (2012, p. 19) afirmam que a Conferência não aproveitou oportunidades únicas para avançar com liderança e visão estratégica, com uma proposta sem maiores inovações, com uma plataforma de ação dispersa e reiterando posições já superadas pela realidade.

Três aspectos já consagrados na agenda internacional, alguns desde Estocolmo, estiveram fortemente ameaçados em Johannesburgo. Foram eles: princípio de precaução, princípio “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” e o compromisso de “recursos novos e adicionais” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 20).

O princípio da precaução, segundo o MMA (2013), trata das ações antecipatórias para proteger a saúde das pessoas e dos ecossistemas. O princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” diz respeito a levar em consideração as necessidades específicas dos países em desenvolvimento e as dos países mais vulneráveis. Já o compromisso de recursos novos e adicionais, que “consiste em destinar 0.7 por cento do PIB dos países industrializados à ajuda oficial

para o desenvolvimento, foi sendo paulatinamente enfraquecido” (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Ainda de acordo com Guimarães e Fontoura (2012, p. 24), o fracasso de Johannesburgo pode ter acontecido por conta do excesso de otimismo em achar que o mundo estaria maduro para definir um plano de ação comum. Ao mesmo tempo, houve excesso de pessimismo em não apostar na definição prévia de uma agenda de decisões específicas.

Já Andrade (2012, p. 14) considera que, embora o encontro tenha logrado poucos êxitos, dentre os quais um acordo para restaurar áreas marítimas ameaçadas, definiu-se, na ocasião, que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU serviria de ponto focal para implementar a Agenda 21, por meio de parcerias públicas e privadas.

A Cúpula de Johannesburgo demonstrou, também, a relação cada vez mais estreita entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente. O fato de a Cúpula ter-se realizado meses após as Conferências de Doha (IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio) e Monterrey (Conferência Internacional das Nações Unidas para o Financiamento do Desenvolvimento) facilitou essa percepção e permitiu que as três conferências passassem a ser vistas como importantes etapas para o fortalecimento da cooperação entre os Estados (LAGO, 2006, p. 19).

## 2 POR DENTRO DA RIO+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), ocorrida em junho de 2012, possuiu os objetivos de assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável; de avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implantação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável e de abordar os desafios novos e emergentes, segundo a ONU.

Para Guimarães e Fontoura (2012, p. 26), a Rio+20 tratou-se de uma conferência de revisão, ou seja, não foram previstas decisões de Estado na forma de tratados, convenções ou acordos ambientais multilaterais em geral. Por isso, a presença de Chefes de Estado e de Governo não era requisito fundamental.

Já Andrade (2012, p.13) justifica que a conferência foi vítima tanto das expectativas dos temas abordados, quanto dos constrangimentos decorrentes da crise internacional.

Não é inesperado que ela tenha, desta forma, desapontado parte dos negociadores e da sociedade civil. De fato, os impasses foram numerosos e os compromissos acordados foram de modesta ambição. Entendemos, entretanto, que seria tarefa impraticável cumprir com o largo espectro de vontades relativas à conferência (ANDRADE, 2012, p.13).

Sendo assim, na ótica desse autor, a CNDUS não foi um fracasso, mas, sim, um sucesso em meio a circunstâncias adversas. Deixou um frutífero legado ao debate de sustentabilidade: preparar o caminho para que a agenda internacional seja uma agenda do desenvolvimento sustentável. A Rio+20 logrou-se enquanto uma conferência política, de temática ampla; seus resultados constituem uma etapa necessária, portanto, servem como subsídios a compromissos futuros (ANDRADE, 2012, p. 18).

No entanto, para Fernando Rei (2012, p. 29), a Rio+20 caracterizou-se por uma agenda ampla e pouco objetiva. Saiu do propósito original quer era avaliar os resultados de diversos acordos internacionais firmados na área de desenvolvimento sustentável e, a partir dessa análise, definir novos compromissos em duas áreas: economia verde e governança global do desenvolvimento sustentável.

O documento final da Rio+20, intitulado “O Futuro que Queremos”, foi considerado pelo autor sem expressão, tendo sido alvo de muitas críticas. Rei (2012, p. 35) destaca que “qualquer leigo identifica que o texto apresenta meras intenções quando deveriam tratar de planos de ação, insistindo no genérico quando o planeta clama pelo específico”. Para Guimarães e Fontoura (2012, p.27), a declaração política enfrentou tantas dificuldades que terminou desprovida de conteúdo.

Andrade (2012, p.9) considerou que, no documento, os negociadores brasileiros conseguiram, por meio de um texto realista, conciliar posições de forma a extrair um forte compromisso político e a evitar objeções. Ressalta, porém, que não foi possível a inclusão de metas quantificáveis ou de maiores detalhes sobre os temas tratados.

Sobre o legado da Rio+20, Andrade (2012, p.10) acredita que os objetivos principais da Rio+20 demonstram que sua finalidade foi moldar o debate das próximas décadas, criando um legado que guiará as negociações e as conferências dos próximos anos. Merece destaque o fato de que a Rio+20 foi capaz de tornar indissociável a discussão dos diversos conceitos que compõem o desenvolvimento sustentável: de agora em diante, o debate sobre meio ambiente, sociedade e economia tenderá a ser feito em conjunto.

## 2.1 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Conferência de 2012 se destacou no quesito participação da sociedade civil. Houve inédita presença de diversos representantes da sociedade civil. Andrade (2012) explica que a Rio+20 ampliou a abertura ocorrida em 1992, ao estimular, além de grande número de encontros paralelos, a participação direta da sociedade nos debates nas Plenárias de Alto Nível da Conferência, onde representantes de nove grupos majoritários da sociedade civil estiveram presentes e tiveram espaço de palavra até então reservado apenas aos Chefes de Governo e de Estado ou seus representantes.

Estima-se que aproximadamente 50 mil pessoas, representantes de distintas etnias, estratos sociais e setores de atuação estiveram presentes nos diversos

eventos da Rio+20, realizados na cidade do Rio de Janeiro para debater o tema durante o evento oficial e os eventos paralelos (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Para Viola e Franchini (2012, p. 8), a Rio+20 deu alguns resultados positivos, surgidos de fora dos canais estatais tradicionais. Um deles foi a realização da Cúpula dos Povos, que reuniu atores não governamentais – particularmente várias organizações empresariais, associações científicas, ONGs com agendas embasadas cientificamente e redes de jornalistas e artistas. No escopo da Rio+20, houve aproximadamente 3.500 eventos paralelos à agenda oficial, sendo a maioria deles de boa qualidade, avalia o autor.

A Cúpula dos Povos foi o principal evento paralelo à Rio+20, organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países. O evento tinha como meta discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo, de acordo com o site oficial da Rio+20 (2012).

Esse evento paralelo teve como objetivo dar voz às comunidades diretamente ligadas às regiões mais afetadas pelos problemas socioambientais da atualidade. Durante a Cúpula, houve também espaço para atividades culturais e expressões populares.

Mesmo diante dessa intensa participação, o autor Andrade (2012 p.5) destaca que a presença da sociedade civil na Rio+20, entretanto, não garantiu a criação de consenso entre os países presentes. A complexidade dos temas tratados e o contexto relativamente adverso implicaram impasses durante as discussões para se passar do documento “Rascunho zero” ao documento final “O futuro que queremos”.

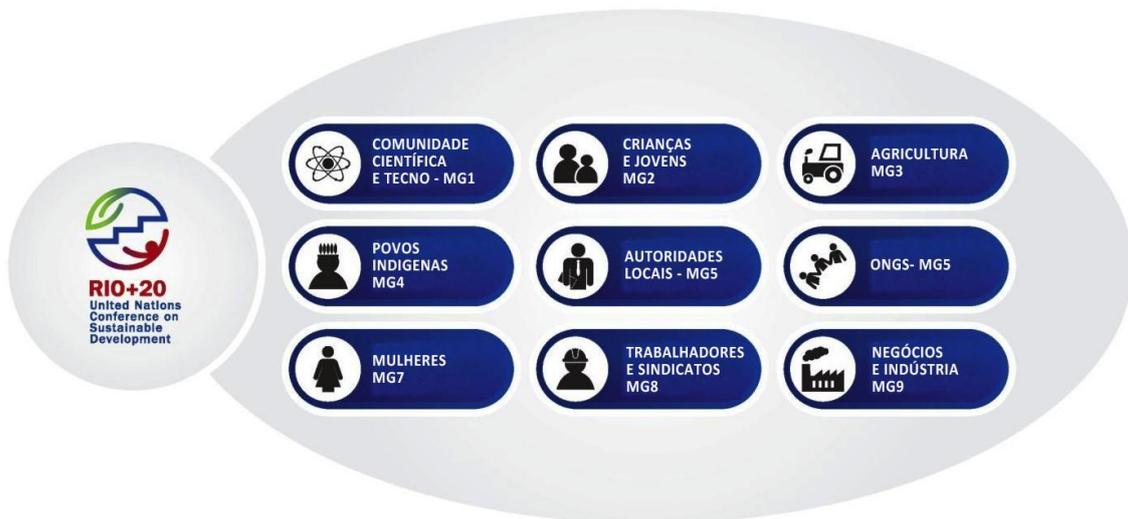
Guimarães e Fontoura (2012) chamam a atenção ao comunicado que foi enviado ao Secretário-Geral, endossado por cerca de mil organizações, intitulado “Excluindo os nossos direitos, colocando sob colchetes o nosso futuro”, no qual grupos representativos da sociedade civil expressaram preocupação de que a Rio+20 estivesse “fadada a adicionar quase nada aos esforços globais para garantir um desenvolvimento sustentável”.

A sociedade civil esteve representada nos “Major Groups”, também conhecidos como grupos principais, grupos de interesse ou grupos majoritários. Esse foi o termo empregado para designar nove setores da sociedade que são os

agentes econômicos, sociais e científicos do desenvolvimento sustentável, não os governos e diferente das Nações Unidas e suas agências especializadas, fundos e programas (RIOPLUSTWENTIES, 2011). Os Major Groups são: Negócios e Indústria, Infância e Juventude, Fazendeiros; Povos Indígenas, Governos Locais; ONGs; Comunidade Científica e Tecnologia; Mulheres; e Trabalho e sindicatos, conforme representado na Figura 1.

**Figura 1: Major Groups - grupos da sociedade civil participantes da Plenária de Alto Nível da Rio+20**

Fonte: HUMANITARE (2012)



Os Major Groups foram definidos pela Agenda 21, um dos documentos resultantes da primeira conferência no Rio em 1992 (Cúpula da Terra), que consiste em um plano global de ação para a implementação de sociedades sustentáveis.

### 3 METODOLOGIA: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Textos são produzidos dentro de um sistema de contexto e cultura pré-definidos e variam de acordo com o objetivo do escritor e das escolhas linguísticas que são feitas para representar suas experiências no mundo. As escolhas linguísticas constroem representações sociais, como já afirmava Van Leeuwen (1997). E as representações se dão nas relações sociais, interpessoais e na influência da compreensão do mundo que nos cerca.

Nesse estudo, vamos conhecer quais são as representações dos atores sociais contidos nas matérias jornalísticas e qual o grau de protagonismo que eles possuem, por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC). Van Leeuwen (1997) utiliza a expressão “atores sociais” para representar as pessoas dentro de um discurso.

O material de pesquisa consiste nas reportagens dos jornais O Estado de São Paulo e O Globo, disponíveis no acervo eletrônico dos respectivos veículos, no período de 22 a 24 de junho de 2012, que abordaram a Rio+20. Será uma pesquisa de caráter documental, em que os dados da pesquisa são textos coletados para esse fim (MEYER, 2003 apud RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 93).

Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 103), na Análise de Discurso Crítica britânica os textos são concebidos (...)

(...) como parte de eventos específicos, que envolvem, além de discurso, pessoas, (inter)ação, relações sociais e mundo material. Nessa perspectiva relacional/dialética, textos são materializações situadas de discurso que constituem crenças, valores, formas de ação e interação, relações sociais, mundo material, e, ao mesmo tempo, são constituídos por esses outros momentos de práticas sociais.

As autoras explicam que a proposta teórico-metodológica da ADC permite investigar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos. Fairclough (2001, p. 50) reforça essa ideia ao afirmar que na linguística crítica se concebe a interface linguagem-ideologia muito estreitamente, ressaltando que muitos aspectos do texto podem ter significância ideológica.

A linguística crítica difere de outras abordagens na atenção que dedica à gramática e ao vocabulário dos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 48). Fowler explica sobre tal aspecto ao declarar que,

(...) a linguística crítica insiste que todas as representações são mediadas, moldadas por sistemas de valores que estão impregnados no meio (nesse caso, a linguagem) usado para a representação; a linguística crítica desafia o senso comum mostrando que algo poderia ter sido representado de outra forma, com um significado muito diferente. Não se trata, na verdade, de uma simples questão de ‘distorção’ ou ‘tendência’: não existe necessariamente nenhuma realidade verdadeira que pode ser revelada pela prática crítica, existem apenas representações relativamente variadas (FOWLER, 2004, p.3)

As pesquisas em análise de discurso são empreendimentos complexos, que não se limitam à análise textual. A pesquisa pode ser baseada na análise da conjuntura e da prática particular. Isso proporciona a “contextualização da análise discursiva, ou seja, garante que os textos analisados sejam relacionados às suas causas mais amplas e a seu contexto particular, o que está de acordo com o princípio da profundidade ontológica” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.107).

A ADC, segundo Fairclough (2001), tem como objetivo fornecer uma dimensão crítica à análise de textos que ocorrem de forma regular em domínios importantes da vida sociocultural, para tornar visíveis aspectos opacos e sombrios do discurso que podem ser invisíveis e aparentemente naturais ao leitor.

Além disso, para ele, a ADC propõe-se a evidenciar e a criticar as conexões existentes entre as propriedades dos textos e os processos e relações sociais (ideológicas, relações de poder). As pessoas que produzem e interpretam os textos não percebem, naturalmente, essas conexões. Na análise discursiva crítica, os textos figuram como principal material empírico, na qual se pesquisam conexões entre mecanismos discursivos e o problema em foco.

Um texto pode ser compreendido de diferentes maneiras, uma vez que diferentes combinações das propriedades do texto e do posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do/a leitor/a resultam em diferentes compreensões. Parte da análise de textos é, portanto, análise de compreensões, que envolvem descrições e interpretações. A outra parte da análise é a explanação, que se situa na interface entre conceitos e material empírico. Trata-se de um processo no qual propriedades de textos particulares são “redescritas” com base em um arcabouço teórico particular, com a finalidade de “mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 67, apud RAMALHO; RESENDE, 2011, p.108 ).

Os indivíduos representam suas vivências comuns, pois o conhecimento não é empírico ao ser humano, mas, sim, construído junto a outras pessoas por meio das experiências individuais (BLANK, 2009). Com base nessa lógica, de que o modo como o sujeito interage com os outros na sociedade constrói a realidade e, a partir dessa interação, a linguagem se destaca no processo de construção da realidade.

Uma análise discursiva crítica não pode ser confundida com simples leitura e interpretação. Isso porque contamos com conceitos associados a categorias analíticas aplicadas sistematicamente (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 113). Para a análise proposta por esse estudo será utilizada a categoria analítica de representação de atores sociais.

Segundo Gerhart (2009), a teoria da representação dos atores sociais, de Van Leeuwen, fornece um instrumental que possibilita a observação do papel social desempenhado pelos envolvidos em um discurso. A partir da realização das representações dos atores nos textos, podemos perceber a utilização de estratégias que atendem a determinados objetivos do autor.

### 3.1 REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

A categoria representação de atores sociais está diretamente relacionada ao significado representacional e a discursos particulares. Conforme estudos de Van Leeuwen (1997, 2008 apud RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 148), representações de práticas sociais são particulares, ou seja, construídas por indivíduos e a partir de determinados pontos de vista.

Nesse sentido, os atores envolvidos podem ser representados de diferentes maneiras. Os atores podem, por exemplo, ser excluídos de textos; ser incluídos, mas terem sua agência ofuscada ou enfatizada; ser representados por suas atividades ou enunciados; ser referidos por meio de julgamentos acerca do que são ou do que fazem, e assim por diante.

No jornalismo, por exemplo, as fontes e os personagens são tipos de atores de especial importância. Como Van Leeuwen (2008 apud RAMALHO; RESENDE, 2011, p.149) propõe,

(...) os modos pelos quais atores podem ser representados em textos não estão rigorosamente relacionados a formas linguísticas, mas sim a escolhas socio-semânticas, daí o conceito de "ator social". Por serem relacionadas a

discursos particulares, as maneiras como atores sociais são representados em textos podem ter implicações ideológicas.

Por isso, os significados das representações dos atores sociais podem estar mais relacionados à cultura e não à língua, segundo Van Leeuwen (1997, p. 171). O autor afirma que uma determinada cultura (ou um dado contexto de uma cultura) não só tem a sua própria e específica ordem de representar o mundo social, mas também as suas próprias formas de representar as diferentes semióticas. E tudo isso está sujeito a combinações e a mudanças históricas.

O autor ainda chama a atenção para outro ponto importante da Análise de Discurso Crítica, no tocante a mudanças culturais: a crescente utilização da representação visual em uma enorme variedade de contextos. Isso fica claro nos jornais ao fazerem uso de fotos, ou até mesmo infográficos, para ilustrar as notícias e torná-las mais claras e compreensivas. Essa representação visual também está cheia de significados.

Van Leeuwen (1997) esboça um inventário sociossemântico dos modos pelos quais atores sociais podem ser representados, fornecendo um conjunto de categorias relevantes para investigar a representação dos atores sociais nos discursos. Serão utilizadas, para fins analíticos, duas realizações linguísticas de escolhas representacionais: inclusão por categorização ou nomeação.

Verificou-se a representação de quatro atores sociais nos textos analisados, quais sejam: governo federal brasileiro, ONU, representantes internacionais de diversos países e sociedade civil. Ao todo, foram estudadas as representações desses atores em 28 notícias publicadas nos jornais selecionadores durante o período de 22 a 24 de junho de 2012.

### 3.2 MODOS DE REPRESENTAÇÃO

A realização de representação dos atores sociais em um discurso pode transparecer as intenções do autor, as quais “podem ser includentes ou excludentes para servir aos interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (VAN LEEUWEN, 2008 p. 28, apud GERHARDT, 2009).

É no processo de inclusão que reside a grande força política da representação dos atores sociais, já que no discurso as representações e as relações dos atores sociais sofrem uma distribuição que não reflete a prática social, ou seja, não é necessário que haja congruência entre o papel

que os atores sociais desempenham, de fato, em práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são atribuídos no discurso (VAN LEEUWEN, 1997, p. 186).

No processo de inclusão, os atores sociais podem ser representados quer em termos de sua identidade única, sendo nomeados, quer em termos de identidades e funções que partilham com outros, logo, por meio da categorização (1997a, p. 200). Van Leeuwen explica que nas narrativas, por exemplo, os personagens sem nomes recebem apenas papéis passageiros e acabam não se tornando referência para o leitor. E isso ocorre semelhantemente na imprensa.

A nomeação realiza-se por meio de nomes próprios e pode ser formal (apenas sobrenome), semiformal (nome próprio e sobrenome) e informal (apenas o nome próprio). As nomeações podem ser tituladas sob a forma de adição de títulos padrão, cargos, etc. ou com adição de um termo de relação pessoal ou de parentesco.

Uma das formas de atores sociais se configurarem nas matérias jornalísticas pode ser como fonte de informações e/ou opiniões ali reportadas. Segundo Lage (2001), as fontes são instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público que fornecem informações para dar origem a conteúdos jornalísticos.

Na realização da notícia, cabe ao jornalista a tarefa de encontrar fontes que tenham credibilidade, atualidade e que validem a informação obtida.

A fonte é importante para fornecer veracidade à matéria jornalística e ajudar na compreensão do fato pela sociedade. Para que esse objetivo seja alcançado, o profissional deve verificar se a fonte é confiável, se ele pode verificar a informação por ela passada, avaliando a maturidade (se tem experiência consolidada no assunto abordado pela pauta), se tem proximidade com o assunto e se é a melhor autoridade (no sentido de conhecer o assunto) (LIMA JUNIOR, 2007).

Ramalho e Resende (2006, p. 72) explicam que determinados atores, por exemplo, podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em representações, podem ser representados por suas atividades ou enunciados ou, ainda, podem ser referidos de modo que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem.

#### 4 ESTUDO DE CASO

O tema do meio ambiente na mídia pode ser considerado uma questão periférica, porque não alcançou o sentido mais amplo, que extrapola as questões de preservação da fauna e da flora, explica Trigueiro (2005, p. 288). Mas o autor esclarece que a discussão ambiental resgata o sentido holístico, o caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento e nos induz a uma leitura da realidade na qual tudo está conectado, interligado e relacionado.

Uma das funções do jornalismo ambiental proposta por Wilson Bueno (2007) é a política, no sentido de mobilização da sociedade. Levar a informação ambiental para um público leigo, não especializado, está diretamente relacionado à expectativa de futuras mudanças de hábitos e de valores. Uma das premissas do jornalismo ambiental é perceber a realidade que nos cerca de um ângulo mais abrangente, privilegiando a qualidade de vida no planeta e do planeta.

Segundo Trigueiro (2005, p. 292), esse foi um dos legados da Rio-92: discutir o tema ambiental no seu sentido mais amplo, envolvendo o contexto social, econômico e político. O autor afirma que essa Cúpula abriu espaço para o tema meio ambiente na mídia. Na Rio+20, o tema ambiental voltou a ganhar destaque na imprensa.

O presente estudo analisa as 28 notícias dos jornais O Estado de São Paulo e O Globo que tratam do documento final “O Futuro que queremos” ou que fazem avaliações sobre o evento. Ambos os veículos criaram cadernos especiais durante a cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS). O caderno do jornal Estadão foi intitulado Planeta Rio+20, inserido na seção Planeta, que já existia e que cobre temas relacionados ao meio ambiente. O jornal O Globo, por sua vez, criou um caderno especial chamado Rio+20, que usava um “selo” nas páginas com o mesmo nome para identificar as notícias que tratavam da Conferência e de assuntos relacionados.

Extrapolando a esfera do jornal impresso, ambos os jornais criaram sites que foram atualizados, constantemente, com notícias durante a Rio+20. O Estadão criou o blog Rio+20 e O Globo tinha uma página inteira dedicada ao evento, com notícias, fotografias, jogos interativos e agenda de atividades paralelas à Conferência.

Cabe ressaltar que o evento mexeu com a “rotina” do jornal O Globo. Durante a Rio+20, foram lideradas ações de preservação ao meio ambiente e também promovido um seminário de avaliação pós-evento. O tema foi incluído na agenda do jornal naquele período.

Podemos observar que, ao longo dos três dias de cobertura, os jornais procuraram avaliar o evento por meio de diversas notícias, nas quais, boa parte delas ocorrida por meio de entrevistas. Pode-se observar uma pluralidade de vozes nesse período. Diante dessa pluralidade, a análise verificará o grau de protagonismo que esses atores possuem, ou seja, avaliará o papel que esses personagens assumem nas notícias.

No contexto da análise aqui contida, os atores sociais denominados de “governo federal” são aqueles representados por pessoas de cargos oficiais como, por exemplo, a presidente Dilma Rousseff. Já a classificação “ONU” trata-se de pessoas com cargos internacionais ligados à Organização, como o secretário-geral, Ban Ki-moon. Os atores sociais agrupados em “representantes sociais” são todas as demais delegações estrangeiras ou representantes de governos que participaram da Rio+20. Enfim, os atores sociais de “sociedade civil” são aqueles “representantes do povo”, como as ONGs, instituições acadêmicas e ativistas.

A primeira tabela abaixo lista o título das notícias analisadas. As tabelas seguintes mostram a incidência dessas duas categorias discursivas de representação dos atores sociais nas notícias dos respectivos jornais. São 14 notícias de cada jornal, sendo 11 páginas de cada um, o que possibilita uma avaliação mais equilibrada.

Tabela 1 – Lista das notícias analisadas

<b>Títulos das notícias do jornal O Globo</b>	<b>Títulos das notícias do jornal O Estado de SP</b>
Protesto final (22.06.2012)	Texto da Rio+20 causa recuo no líder da ONU e manifesto (22.06.2012)
"Texto fraco, sem ossos e sem alma" (22.06.2012)	Ongs lançam manifesto contra texto (22.06.2012)
ONU muda o tem e agora defende o documento (22.06.2012)	Mulheres aplaudem Dilma e criticam texto (22.06.2012)
"Tese americana de cada país por si sai fortalecida do Rio" (22.06.2012)	Documento fraco e decepção marcam último dia da Rio+20 (23.06.2012)
Brittany: "O documento me deixou enjoada" (22.06.2012)	Dilma defende texto final da Rio+20 (23.06.2012)
Dilma admite que recuou em nome do multilateralismo (22.06.2012)	Ministra diz que falta clareza a trechos dos pontos (23.06.2012)

Acabou (23.06.2012)	Hillary critica falta de direitos das mulheres no texto (23.06.2012)
"O Brasil podia ter sido muito mais ousado" (23.06.2012)	Brasil foi 'desesperado', diz Greenpeace (23.06.2012)
Sociedade civil promete assumir as rédeas de ações ambientais (23.06.2012)	País vê vitória na Rio+20, mas ações ficam para 2015 (24.06.2012)
"É o melhor documento dada as circunstâncias" (23.06.2012)	Rio+20 consolida mudanças nas relações Norte-Sul (24.06.2012)
Hillary encerra participação tímida dos EUA (23.06.2012)	Consumidor é primeiro obstáculo para alterar padrão (24.06.2012)
Especialistas totalizam perdas e ganhos (24.06.2012)	Resultados práticos ficam para 2015 (24.06.2012)
Documento da Rio+20 dá saúde da Rio 92 (24.06.2012)	Mais ambição poderia não resultar em mais ações (24.06.2012)
"A Rio+20 não tinha texto prévio" (24.06.2012)	Rio+20 reafirma o passado e adia decisões para o futuro (24.06.2012)

Fonte – criado pela autora.

Tabela 2 – Representação dos atores sociais nas notícias sobre a Rio+20 do jornal **O Globo**

<b>Atores sociais</b>	<b>Categorização</b>	<b>Nomeação</b>
Governo Federal	9	9
ONU	9	10
Rep. Internacionais	16	15
Sociedade Civil	25	41

Fonte – criado pela autora.

Tabela 3 – Representação dos atores sociais nas notícias sobre a Rio+20 do jornal **O Estadão**

<b>Atores sociais</b>	<b>Categorização</b>	<b>Nomeação</b>
Governo Federal	16	23
ONU	21	10
Rep. Internacionais	17	7
Sociedade Civil	31	16

Fonte – criado pela autora.

#### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS

Os atores sociais envolvidos em eventos e em práticas sociais e as relações estabelecidas entre eles podem ser analisadas em textos e interações, explica Resende e Ramalho (2011, p.106). As autoras enfatizam que essa análise pode ser de um ponto de vista representacional, em termos de quais atores são incluídos ou excluídos na representação, e a quais atores é dada proeminência, por exemplo.

Analisaremos, neste estudo, justamente a proeminência dada a alguns atores nas notícias cujo tema central é a Rio+20. O período selecionado corresponde ao último dia e aos dois posteriores à Conferência. Nesse período, verificaremos quais pontos de vista de quais atores os jornais mais evidenciaram.

Na tabela do jornal O Globo, a sociedade civil ganha destaque ao ser a que mais aparece nomeada. Sociedade civil, por si só, já é uma categorização. No entanto, quando as fontes (ou personagens) são nomeadas, diversos atores sociais se assumem como representantes da sociedade civil e expressam seus pontos de vista no jornal.

O jornal dá voz, por exemplo, ao coordenador das ONGs brasileiras, Rubens Harry Born; à diretora internacional da WWF, Yolanda Kakabadse; à ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; à representante dos jovens na Rio+20, Brittany Trilford; ao professor da Universidade de Brasília e especialista em negociações climáticas, Eduardo Viola; ao economista e professor da Universidade de São Paulo, José Eli da Veiga. Esses atores ganham espaço ao emitirem suas opiniões em entrevistas que ocupam até uma página do jornal.

No jornalismo, as entrevistas constituem um gênero jornalístico que requer técnica e capacidade profissional. De acordo com Erbolato (2004, p.157), com base em Luiz Beltrão (1969), entrevista é “a técnica de obtenção de matéria de interesse jornalístico, por meio de perguntas a outrem”. Esse foi um recurso bastante utilizado pelo jornal O Globo para “avaliar” os desdobramentos da Rio+20.

Quando os jornais recorrem às entrevistas, podem, muitas vezes, utilizar esse recurso para expressar seus pontos de vista por meio de seus entrevistados. Se a intenção era criticar o documento final da Rio+20 “O Futuro que Queremos”, a voz dada à sociedade civil era bem mais visível. Mas caso a intenção fosse justificar o documento e a grandiosidade e complexidade do evento, as vozes dadas ao governo federal e à ONU ganhavam mais destaque.

A sociedade civil também foi citada diversas vezes como grupo, ao serem utilizados termos como “representantes das ONGs”; “líderes da sociedade civil”, “movimentos sociais”, representando, assim, a sociedade civil por meio da categorização. O título da notícia do dia 23/06/2012 exemplifica bem esse espaço dado ao segmento: “Sociedade civil promete assumir as rédeas de ações ambientais” (O GLOBO, p. 4).

Nessa mesma notícia, o jornal recorre a um termo interessante para citar os que estavam descontentes com o resultado da Conferência. O trecho diz: A Rio+20 terminou ontem como um diálogo de surdos, em que os governos de 193 países

reunidos no Rio pareceram não ouvir os apelos de milhares de organizações não governamentais, empresas, cientistas, academias e simples cidadãos do planeta (p. 4). A expressão “simples cidadão do planeta” foi utilizada intencionalmente para que todo leitor possa se identificar com essa indignação, afinal, é um termo abrangente que inclui cada um de nós.

Dentro da classificação de Major Groups, termo empregado para nove setores da sociedade civil, destacam-se nas notícias as ONGs e a Comunidade Científica e Tecnologia. Organizações não governamentais, como a WWF e o Greenpeace, também ganham muito destaque, além de cientistas e acadêmicos.

Yolanda Kakabdase, diretora internacional da WWF, foi uma das entrevistadas que classificou o documento como “texto fraco, sem ossos e sem alma”. Outro Major Group representado foi o dos jovens, por meio da neozelandesa Brittany Tilford, de 17 anos. Ela disse que o “documento a deixou enjoada”, declaração que foi dada pela rede de microblogs e utilizada pelo jornal.

Já a entrevista com o especialista em negociações climáticas e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Eduardo Viola, falou sobre o papel do Brasil na Rio+20, julgando que poderia ter “sido muito mais ousado”.

O governo federal, a ONU e os representantes internacionais aparecem de forma secundária nos textos do jornal O Globo. O grande destaque foi a sociedade civil em suas diversas formas de representação.

Já o jornal O Estado de São Paulo agiu de forma diferente, colocando o Estado brasileiro como protagonista na discussão de um evento internacional como foi a Rio+20. O governo brasileiro aparece 23 vezes representado por nomeação. O governo federal, quando nomeado, destaca-se pela representação da presidente da República, Dilma Rousseff, da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira e dos embaixadores André Correa do Lago e Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Na imprensa, dar nome e cargo a uma fonte é praxe, pois serve para validar a informação repassada (a não ser que seja uma informação anônima, quando a fonte não quer ser identificada). Nomear as fontes representa dar importância e destaque ao seu papel no texto. Isso pode ser percebido, principalmente, nas pessoas com cargos importantes.

A presidente Dilma é a que aparece mais vezes. Os discursos da presidente ganham mais espaço nas notícias, enquanto ONGs e sociedade civil ocupam espaços menores, mesmo que sejam citados recorrentemente. O jornal dá destaque à participação brasileira. A principal notícia do dia 23/06/2012 diz que “Dilma defende texto final da Rio+20” (ESTADÃO, p. H3). Na mesma página, outra notícia usa falas da ministra Izabella Teixeira e do embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado para explicar o texto final.

Mesmo quando não há uma fala da presidente Dilma, como foi o caso da notícia “Texto da Rio+20 causa recuo do líder da ONU e manifesto”, do dia 22/06/2012, o texto traz a presidente como responsável por fazer o secretário-geral da ONU, Ban Kin-moon, convocar uma coletiva de imprensa para mudar de ideia quanto ao documento final, afirmando que “o texto final, em sua opinião, é sim ‘ambicioso’, além de ‘amplo e prático’”. Em outra notícia, ela ganha ainda mais destaque ao defender o documento e os direitos das mulheres.

No entanto, o fato de o jornal dar mais destaque ao governo brasileiro não significa que foram publicadas notícias mais “positivas” para o governo. A capa do caderno especial do jornal do dia 24/06/2012 exemplifica isso ao dizer que “País vê vitória na Rio+20, mas ações ficam para 2015”. Cabe reforçar que, embora o governo seja citado “tentando se defender”, só o fato de ele aparecer diversas vezes na notícia já aponta para um protagonismo no processo. Os leitores vão rapidamente identificar a ativa atuação brasileira, por conta das inúmeras vezes que é citada nas notícias.

A ONU, em ambos os jornais, aparece como “administradora da Conferência”. Não é dada a atenção que merece, partindo do pressuposto que a Rio+20 é um evento convocado pelas Nações Unidas e de importância internacional. O secretário-geral, Ban Ki-moon, e o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, aparecem, muitas vezes, com discursos em tom defensivo.

Da mesma forma, os representantes internacionais aparecem como coadjuvantes neste processo. A única que ganha mais destaque é a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hilary Clinton. Talvez um dos motivos que tenha chamado a atenção foi o fato de ela não ter sido recebida pela presidente Dilma, apesar de ter solicitado, pois não era Chefe de Estado, nem de Governo. Clinton discursou defendendo os direitos das mulheres no texto final.

Outros representantes internacionais passam quase despercebidos. Isso pode ser justificado, por exemplo, em algumas notícias do Estadão, nas quais Chefes de Estado de outros países não são nomeados, apenas citados como “representantes da Noruega e da Jamaica”; “representantes de vários países”; “representante do país latino-americano (Bolívia)”; “representante da Argélia” e “Bolivianos, venezuelanos, cubanos e outros delegados de países socialistas”. Mesmo que eles tivessem suas falas citadas diretamente na notícia, não constavam seus nomes, nem cargos. Portanto, não há uma forte conexão com esses personagens, por não haver identificação nominal.

Também merece destaque o fato de que, muitas vezes, as notícias “falavam por si só”, usando adjetivos e atribuindo ao próprio jornal opinião sobre o tema. Cabe ressaltar que não foram analisados artigos nem editoriais. Artigos representam a opinião de quem os escreve, e os editoriais expressam a opinião do jornal. Aqui estamos analisando matérias jornalísticas.

Segundo o Manual de Redação do jornal Folha de São Paulo (1992), “o jornal reflete em seus textos o clima de tensão da maior parte dos fatos que noticia. Ela deve ser transmitida não por adjetivos, mas pela descrição seca e concisa de fatos dramáticos”. No entanto, o que podemos observar é que o jornal, muitas vezes, envolveu-se com o tema a ponto de ultrapassar essa linha divisória.

A imparcialidade do profissional de jornalismo em relação às notícias que publica é tema de recorrentes discussões. Toda notícia é socialmente construída, uma vez que os eventos noticiados não são reflexos da sua importância, mas relevam a operação de um conjunto complexo e artificial de critérios para seleção (FOWLER, 1991 apud FRANCO, 2005, p. 289-290).

O que o autor quis expressar é que, muitas vezes, o critério para escolha de determinadas notícias vai além da relevância social que o tema possui. Algumas questões econômicas e políticas também podem influenciar essa decisão, ou até mesmo “ideologias”, linha editorial e a publicidade que “sustenta” o jornal.

A notícia, uma vez selecionada, passa por um processo de transformação ao ser codificada para publicação. Tanto a seleção quanto a formação são guiadas por referência, geralmente inconsistente, a ideias e crenças. A análise final do texto, que é apresentado para o leitor, revela proposições abstratas que não são necessariamente afirmadas e nem questionadas e tendem a ser consoantes com as ideias dos grupos dominantes da

sociedade industrial capitalista, porque o jornal é uma indústria com seus próprios interesses comerciais (FRANCO, 2005, p.290).

Então, a notícia é um discurso longe de refletir a realidade social e os fatos empíricos, culminando no que Berger e Luckmann (1976 apud FRANCO, 2005, p. 290) chamaram de “a construção social da realidade”.

## CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que o grau de protagonismo dado a determinados atores sociais nas notícias representa uma forma de o jornal emitir seu ponto de vista sobre determinado tema. Nesse caso, foi uma forma de o veículo avaliar os resultados da Rio+20, ao recorrer a atores sociais que trariam perspectivas de qualificação ou de desqualificação.

A análise tomou por base a teoria da representação de “atores sociais”, expressão utilizada para representar as pessoas dentro de um discurso. Ao investigar as formas que os atores sociais podem ser representados em um texto, nesse caso, em reportagens jornalísticas, podemos perceber a importância desses personagens para validação de discursos e para atender objetivos específicos.

O processo de inclusão de atores sociais traz à tona essa relevância, assim como a forma como eles são representados, com maior ou menor destaque, sendo nomeados ou categorizados. Foi possível observar que o jornal O Globo deu mais espaço a representantes da sociedade civil, enquanto o jornal O Estado de São Paulo deu destaque a representantes do governo brasileiro.

Podemos verificar, por meio da Análise de Discurso Crítica, que textos não são verdades absolutas e sim representações variadas da realidade. Ao escrever uma notícia, o jornalista leva consigo compreensões, descrições e interpretações particulares. A categorização de atores sociais está diretamente relacionada ao segmento representacional e aos discursos particulares. Como já dizia Van Leeuwen (1997), o significado de representação de atores sociais pode estar mais ligado à cultura do que à língua.

É evidente que um jornal tem seus motivos econômicos, que permitem a manutenção do veículo de comunicação. Além disso, eles possuem uma política editorial na qual há diretrizes que classificam os fatos como mais ou menos relevantes. No entanto, o estudo mostrou que os significados dos textos ultrapassam essa questão editorial.

Outro ponto que merece destaque foi o fato de o jornal Estadão privilegiar vozes oficiais, o que demonstra maior conservadorismo. O jornal O Globo, por sua

vez, demonstrou mais ousadia ao colocar a sociedade civil sob os holofotes, acompanhando a tendência da Conferência de dar maior espaço a esse segmento.

Nas entrevistas dos representantes da sociedade civil, observa-se um “tom emocional”, principalmente nas perguntas feitas pelos jornalistas, cuja intenção era a de despertar sentimentos dos entrevistados no calor da discussão pós-evento. Afinal, os entrevistados eram engajados na causa ambiental e tinham classificado o documento final da Rio+20 como fraco.

A participação da sociedade civil na Rio+20 foi ampliada ao estimular a participação direta nos temas de debate de alto nível. Inclusive, foi por iniciativa do governo brasileiro, explica Andrade (2012), que se organizou um fórum composto por representantes da sociedade civil e por especialistas com a função de discutir, preliminarmente, os temas que seriam abordados posteriormente pelos governos durante a Conferência. Essa iniciativa, intitulada Diálogos do Rio, se realizou por meio de discussões virtuais nos dois meses que antecederam o evento e de debates junto a especialistas das áreas relativas ao desenvolvimento sustentável, no período de 16 a 19 de junho, inserindo-se no evento oficial da ONU.

Também é possível observar que os jornais dão muita ênfase à participação do Brasil que, além de anfitrião do evento, é representado como ator de forte relevância e, no contexto da comunidade internacional, como ator ainda mais forte, contrastando com os representantes internacionais que foram colocados em papéis secundários.

Nesse ponto, cabe a reflexão se essa posição da imprensa, de tornar secundário o papel dos representantes internacionais, foi uma forma de “retaliação”, já que muitos dos principais chefes de Estado não compareceram à Conferência, como o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a chanceler alemã Angela Merkel. Vieram mais representantes de segundo escalão.

Este trabalho permitiu ver que a representação de atores sociais nas notícias de jornais pode ter relevância maior do que imaginávamos. Com base na Análise de Discurso Crítica, podemos perceber que o texto não é “inocente” e livre de intenções. Afinal, os textos são construções feitas a partir de experiências, perspectivas e vivências de quem os escreve.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sugai de Castro. Rio+20: um exercício do possível. **Revista NECAT** - Ano 1, n. 2, p. 13-23, Jul-Dez de 2012.

BLANK, Marcelli Tessmer et al. **Representação de atores sociais em um texto jornalístico**. Santa Maria, RS, Trabalho de Iniciação Científica - CNPq/UFPel, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 24 jul. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Implementação da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas A/RES/64/236)**, 31 março 2010. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-64-236-da-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-traduzida.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Princípio da Precaução**, 2013. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=7512](http://www.mma.gov.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=7512). Acesso em: 16 out. 2013.

BUENO, Wilson. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**. São Paulo: Majoara Editoria, 2007.

**CMMAD - Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário**. Série Fundamentos, São Paulo: Ática, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio – Brasília: Editora Universidade de Brasília. 316 p. Tradução de: Discourse and social change.

FRANCO, L. M. Uma análise crítica do discurso de um editorial à luz da Linguística Sistêmica Funcional. **FAZU em Revista**. Uberaba, n.2, p.289-296, 2005.

FOWLER, Roger. **Sobre a Linguística Crítica**. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo e Delcimeris Schlottfeldt de Oliveira. Revista Linguagem em (Dis)curso,

Tubarão, v. 4, p. 207-222, 2004. Tradução de: Texts and practices: readings in Critical Discourse Analysis. London: Routledge, 1996.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à Gramática Sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa. Santa Maria, RS, 2010.

GERHARDT, Liane Beatriz. **A representação dos atores sociais e o processo de reformulação em notícia de popularização científica**. Artigo (Doutoranda em Letras), revista Discursos de popularização da ciência, Coleção Hipersaberes, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Volume I, Santa Maria, 2009.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Sousa dos Reis da. **Rio+20 ou Rio-20: Crônica de um fracasso anunciado**. Versão resumida e atualizada de artigo submetido pelos autores para publicação no número especial de Cadernos EBAPE, Volume X, número 3, p.19 – 39, set. 2012.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Sousa dos Reis da. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, p. 508-532, set. 2012.

HUMANITARE, INSTITUTO. **Entendendo Rio+20 e Você**. São Paulo, 2012 2012. Disponível em: < <http://www.rio-20.org/contato/> >. Acesso em: 23 set 2013.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo – O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2006.

LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. **Classificação das bases conceituais para validação de instâncias e atributos a serem utilizados na elaboração de sistema digital de busca de fontes jornalísticas**. Projeto de Pós-Doutorado, USP, 2007, São Paulo.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 23, p. 121-132, jan./jun. 2011.

**O que é a Cúpula dos Povos?** Site oficial da Rio+20. Disponível em: [http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html](http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html). Acesso em: 15 out. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), **Rio+20 em números**, 22 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/rio20-em-numeros/>. Acesso em: 12 jul. 2013.

PRADA, Paulo; VOLCOVICI, Valerie. **Texto fraco da Rio+20 faz mundo apostar nas pessoas e empresas**. ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,texto-fraco-da-rio20-faz-mundo-apostar-nas-pessoas-e-empresas,890107,0.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

REI, Fernando. **A Rio + ou – 20: considerações sobre governança**. Revista INTERFACEHS – Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Volume 2, n. 2, p. 28-40, 2012.

**Radar Rio+20: por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. (2011). São Paulo: FGV; ISA; Vitae Civilis.

**Radar Rio+20**. (2011). FGV; ISA; Vitae Civilis. Disponível em: <http://www.radario20.org.br/> Acesso em: 19 set. 2013.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica: O texto como material de pesquisa** - Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RIOPLUSTWENTIES, **Guia de Participação Rio+20 - Uma introdução para crianças e jovens**. Bruxelas, 2011, Versão em português.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável – Abrindo Espaço na Mídia para um Planeta em Transformação**. São Paulo: Globo, 2005.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222

VIEIRA, Ricardo Stanzola. Rio+20 – Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável: contexto, principais temas e expectativas em relação ao novo “direito da sustentabilidade”. **Revista NEJ - Eletrônica**, v. 17, n. 1, p. 48-69, jan-abr 2012.

VIOLA, Eduardo e FRANCHINI, Matías. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Caderno EBAPE**. BR, v. 10, nº 3, artigo 1, p. 470 – 491, Rio de Janeiro, Set. 2012.